



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 27/17

28 de Dezembro de 2017



Organização Europeia de
Associações e Sindicatos
Militares

"2018 – Ano de Muitos Combates!"

A Portaria n.º 301/2016, de 30 de Novembro, aprovou o RAMMFA - Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2018. Regulamento indesejável e perigoso!

Quando se pugna pelo conceito de *"isenção partidária"* (como a partir de agora ficará expresso no EMFAR) é paradoxal que um louvor dado por um político seja *"mais valioso"* que os louvores dados por militares, abrindo assim a porta, por via regulamentar, à eventual *"partidarização"* dos militares, sobretudo quando a base da avaliação em vez da Formação e Antiguidade no Posto passa a ser essencialmente na Avaliação Individual.

Num processo com forte carga de subjectividade, não se compreende que tenha desaparecido como factor a entrar na média final do avaliado, a média ponderada do avaliador, factor que contribui, com efeitos práticos comprovados, para estabelecer mais justiça e aliviar o peso da subjectividade. Para agravar, esta média do avaliado pode ser arbitrariamente inflacionada de acordo com as preferências dos Chefes de Ramo.

Desta forma, é bem possível que seja ferido o *"princípio da igualdade"*, a que se referem os Artigos 13º e 266º da Constituição da República Portuguesa.

Aplicar este Regulamento nos termos em que se encontra publicado, desestabiliza o espírito de corpo e coloca em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas, concorrendo para a sua descaracterização, tornando-se ainda fortemente condicionador do justo e coerente desenvolvimento das carreiras militares, até pelo facto de haver um maior número de situações em que as promoções serão efectuadas por escolha.

Os Sargentos têm analisado e debatido esta matéria e reiteram a disponibilidade para participar na construção de um Regulamento mais justo e equilibrado. Não é mudando a lei de forma desconexa que se resolvem problemas, sem que sejam tidas em conta as implicações que essa mudança encerra. Por isso, exigem a suspensão de eficácia da Portaria nº 301/2016 que aprovou o RAMMFA, conforme foi já transmitido ao governo.

É aliás estranho que, desde logo, os Chefes Militares não assumam, eles próprios, a necessidade de sustentar a entrada em vigor deste Regulamento. Não basta elencarem pontuais dúvidas e preocupações, como aconteceu numa apresentação feita num briefing na ETNA ou nas instruções para a aplicação do RAMMFA *"por forma a salvaguardar as especificidades e cultura do Exército no âmbito das Forças Armadas"*.

Se o que se pretende é um Regulamento Comum, então ainda estamos a tempo de trabalhar nesse sentido.

O OE2018 aprovou o descongelamento de escalões para toda a administração pública. Para nós, *"descongelar"* não é começar a contar de novo o tempo, como se estes quase dez anos não tivessem existido. Queremos que seja contabilizado o tempo em que as carreiras estiveram congeladas, como acontece em outras áreas da administração pública porque, durante esse tempo, as missões continuaram a cumprir-se. Não congelámos nenhum dos nossos deveres e obrigações. Continuámos a servir Portugal e os portugueses, com excelência.

Como todos estamos lembrados, para mascarar o *"brutal aumento de impostos"* e os cortes remuneratórios, para que os boletins de vencimento não reflectissem a verdadeira extensão da maldade feita, o anterior governo decidiu pelo pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos. Esta medida encerrava ainda uma outra intenção. Deixando de se pagar doze meses de vencimento e dois de subsídios, repartindo-os ao longo do ano, desabitua-se o cidadão destes subsídios, que foi um direito conquistado com a Revolução de Abril. Hoje, muita gente perdeu a noção do seu vencimento real. Em 2018 já não existirão cortes remuneratórios e os subsídios de férias e Natal passam a ser pagos por inteiro nas alturas em que são devidos, regressando-se à *"normalidade remuneratória"*. Assim, veremos melhor o que temos de lutar para recuperar a qualidade de vida perdida!

Acabámos de assinalar uma importante vitória na longa luta dos Sargentos: o fim do ingresso no QP com o posto de Furriel! Outros aspectos importantes foram também integrados nestas alterações ao EMFAR. No entanto, os resultados agora alcançados, não podem nem devem levar-nos ao exagero de pensar que tudo ficou resolvido, e que podemos descansar à sombra da vitória alcançada! Há ainda vários aspectos pelos quais teremos de lutar para os melhorar, particularmente no que respeita ao desenvolvimento e progressão nas carreiras.

Com energias redobradas pelas vitórias alcançadas, iremos entrar em **"2018 – Ano de Muitos Combates"**, disponíveis e empenhados na defesa dos direitos dos Sargentos de Portugal. As comemorações do **"31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento"** que se avizinham, são um bom mote para demonstrarmos o nosso empenhamento e determinação, e reafirmar que acreditamos ser possível alcançar os nossos objectivos, convictos de que quem luta pode não ganhar, mas que quem não luta, já perdeu!

A Direcção